

Serviço Social e questão agrária no Brasil: notas para um debate necessário

Social Work and agrarian question in Brazil: notes for a necessary debate

Mailiz Garibotti Lusa*

Resumo:

Este artigo aborda sobre a questão agrária brasileira, numa análise a partir da formação social brasileira. Destaca a fonte do poder agrário, cujas raízes encontram-se nos ciclos de acumulação desenvolvidos desde o período Colonial, o qual se perpetua até hoje e se expressa na bancada ruralista. Trata-se de um ensaio teórico, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, privilegiando a abordagem sobre a formação socio-histórica brasileira. No desenvolvimento destaca-se a discussão sobre a constituição do Estado segundo os interesses das classes dominantes, passando-se ao debate sobre as particularidades do campo brasileiro e, por último, sobre a relação entre questão social e questão agrária, conferindo-se atenção a sua identificação como matéria profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: formação social brasileira; Estado; questão agrária; Serviço Social.

Abstract:

This study discusses the agrarian question, under an analysis from the Brazilian societal formation. It highlights the source of agrarian power, where the roots are found in the accumulation cycles developed since the Colonial period, this power is perpetuated until today and is expressed in the "bancada ruralista". This is a theoretical essay, from the dialectical historical materialism perspective, which privileges an approach to the Brazilian socio-historical formation. In the development, the study highlights the discussion on the constitution of the State according to the interests of the dominant classes, moving on to the debate on the particularities of the Brazilian countryside and, finally, it discusses the relationship between social and agrarian questions, giving attention the identification of the agrarian issue as a professional matter of Social Work.

Keywords: Brazilian social formation; State; agrarian question; Social Work.

* Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DSS/UFRGS), Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS, 2021-2022) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

*O dia de hoje está difícil;
Não sei onde vamos parar.
Deviam dar um aumento,
Ao menos aos deste setor de cá.
As avenidas do centro são melhores,
Mas são para os protegidos:
há sempre menos trabalho
e gorjetas pelo serviço;
e é mais numeroso o pessoal
(toma mais tempo enterrar os ricos).*

João Cabral de Melo Neto.
Conversa de dois coveiros em 'Morte e vida severina' (1982)

Situando a discussão a partir do cenário político social

A conversa entre os coveiros inicia com a afirmação de que 'o dia de hoje está difícil' (MELO NETO, 1982, p. 93). O poeta ilustra a trágica realidade vivida outrora e que se recoloca diuturnamente para a classe trabalhadora, especialmente, numa realidade pandêmica em que as desigualdades de classe, raça, etnia, geração e território evidenciaram índices de letalidade e mortalidade também desiguais: parece que até a morte é diferente no "setor de cá", do que nas "avenidas do centro". Esta realidade não é fenomênica e sua compreensão requer a análise da formação social e política brasileira. Propõe-se neste artigo a problematização desta realidade, com enfoque na questão agrária e sua relação com o serviço social, situando os principais elementos do cenário socio-histórico brasileiro.

A análise parte do reconhecimento que as disputas de classe, a conformação do Estado burguês e a constituição do capitalismo dependente sob o jugo imperialista ocorreram ao longo da formação socio-histórica, tendo sido determinante a dominação ruralista e latifundiária, permanentemente articulada aos interesses da burguesia urbano-industrial, que juntos constituem o mesmo bloco de poder. Trata-se de um ensaio teórico¹, cujas principais

¹ Seu aporte teórico fundamenta-se no materialismo histórico dialético de Marx, com abordagem qualitativa e procedimentos de pesquisa exploratória de tipo bibliográfico, documental e empírico. Sua escrita teve por base os principais resultados de dois projetos de pesquisa já concluídos: a) 'Questão Agrária, ruralidades e Serviço Social: requisições e implicações para a formação e o trabalho profissional no Rio Grande do Sul', que contou com financiamento do CNPq, através da Chamada Universal MCTI/CNPq N^o 01/2016, sob o número

fontes da pesquisa bibliográfica possibilitam identificar como pressuposto inicial que a questão agrária sempre marcou a configuração econômica, social, política e cultural do Brasil (IANNI, 1984) desde o período do escravismo colonial (GORENDER, 1978) até hoje, quando encontra-se em pleno vigor o capitalismo em seu estágio financeiro (FONTES, 2005), associado aos governos – nas diferentes esferas e níveis, embora comandados pelo Executivo Federal – expressamente de aliança civil-militar, autoritário, irracional, violento e violador de direitos e preceitos constitucionais. Este bloco governista, ainda que tenha legitimidade por ter sido escolhido pela maioria dos votos válidos previstos constitucionalmente na social democracia burguesa, caracteriza-se como um desgoverno de extrema direita, com cariz profundamente reacionário e conservador, de base, inclusive, neopentecostal, que desmonta dia a dia inúmeros direitos da classe trabalhadora – mesmo aqueles reconhecidos internacionalmente como direitos humanos pela sociabilidade burguesa (IASI, 2019).

É nesse cenário que se visualiza o agravamento ainda mais contundente das expressões da questão social, com fortes repercussões para as/os trabalhadoras/es do campo. Desse modo, torna-se ainda mais importante a discussão sobre o espaço rural e a questão agrária no Brasil. Objetiva-se tecer apontamentos sobre a questão agrária, sua relação com a questão social e com o Serviço Social, problematizando a visibilidade de algumas particularidades do Brasil rural, como o agronegócio, e as invisibilidades de outras particularidades, como da produção camponesa de reforma agrária. Há por traz desta contradição das (in)visibilidades o jogo de interesse das classes antagônicas que perfilam as relações sociais na sociedade brasileira. É neste campo reflexivo que intenciona-se apontar as articulações com a matéria profissional do Serviço Social.

No desenvolvimento discute-se a constituição do Estado segundo os interesses dominantes na formação social brasileira e os determinantes agrários na constituição da hegemonia burguesa. Na sequência, adentra-se no tema das ruralidades brasileiras e por último discute-se a relação entre questão social e questão agrária, conferindo-se atenção a sua identificação como matéria profissional do Serviço Social. O pressuposto é que o reconhecimento das diversas expressões da questão agrária pode ser um fio condutor na análise da realidade concreta, donde pode-se construir coletivamente estratégias de

409726/2016-8 (2017-2021); b) 'O caráter generalista da formação em Serviço Social no Brasil e a abordagem da questão agrária e das ruralidades', desenvolvido em pesquisa de Pós-Doutoramento realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019-2021).

superação da sociabilidade burguesa. Certamente o Serviço Social brasileiro tem muito a contribuir com este processo, o que por si já aponta a relevância de aproximar a profissão ao debate da questão agrária.

A constituição do Estado brasileiro segundo os interesses dominantes

Em estudos Iasi (2019, p. 418) aponta “cinco teses² sobre a formação social brasileira”. Tais reflexões auxiliam a refletir sobre o atual momento histórico e a compreender alguns elementos fundamentais da questão agrária no Brasil.

A primeira tese indica que o golpe institucional de 2016, expresso no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é um dos desfechos do ciclo iniciado com o processo de democratização pós-autocracia burguesa dos anos 1960 aos 1980.

As determinações da via prussiana e da autocracia burguesa no Brasil [...] não foram alteradas pelo equilíbrio conjuntural da luta de classes nos anos de 1980 e 2000, de maneira que, no que lhe é fundamental, a forma política brasileira continua sendo um Estado burguês que tem por principal característica organizar o domínio de uma pequena parte da sociedade [...] sobre a maioria da população, dos trabalhadores e demais segmentos explorados pela ordem capitalista burguesa, que só podem chegar a uma inserção precária na ordem democrática, nos termos de uma democracia de cooptação ou restrita (IASI, 2019, p. 420-421).

A inalteração da correlação de forças na luta de classes no período de democratização firma a consolidação do capitalismo dependente, apenas possível “[...] graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado” (COUTINHO, 1989, p. 121).

Tal consolidação do capitalismo resulta de mudanças operadas pelo alto, com caráter elitista e antipopular (COUTINHO, 1989). Se outrora o acordo ocorria entre as frações da classe dominante burguesa, no seu sentido amplo – considerando a particularidade brasileira na formação desta classe –, na transição do século XX para o XXI tal acordo foi operado por um segmento originalmente identificado com a classe trabalhadora. As negociações para

² As cinco teses do autor, que aqui também são identificadas como premissas, encontram-se articuladas pelo fio indissociável da análise da realidade no momento histórico atual. A primeira tese é essencial para a leitura das outras quatro, por isso será dedicada maior atenção a ela.

construção deste acordo já se explicitavam na campanha presidencial de 2002, sendo as alianças partidárias e econômicas parte essencial da flexibilização do discurso que originalmente se identificava apenas com as frações da classe trabalhadora e com o novo sindicalismo. Ao assumir o comando político do Executivo Federal o Partido dos Trabalhadores (PT) dá sequência às alianças para assegurar a governabilidade, operando pactos com a burguesia nacional e com as frações da classe média, deixando no âmbito das negociações com a classe trabalhadora apenas medidas paliativas e focalizadas, que fortalecem o controle social do Estado sobre a população empobrecida. Tais medidas amenizam as condições de pobreza e miserabilidade, sem promover quaisquer alteração na correlação de forças sociais, nem produzir acréscimos na cultura, na autonomia e tampouco na emancipação política da classe trabalhadora. Como efeito, o quadro das desigualdades foram aprofundadas e os níveis de exploração agravados. Ao fim, as medidas de governabilidade adotadas tornam o PT mais um exemplo de governo populista, descomprometido com a alteração da estrutura social.

As soluções foram construídas pelo alto, ou seja, pela restauração, que ocorre quando um ou mais determinantes da realidade levam a produção de agitações, geralmente enfrentadas com medidas autoritárias. Assim, diante de “movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenham-se em restaurações que, em última instância, produzem importantes modificações na composição das classes e preparam o caminho para novas transformações reais” (COUTINHO, 1989, p. 123). A ocorrência de agitações – que potencialmente produzem pressões ‘de baixo’ – justifica a adoção de medidas impopulares operadas pelo Estado. O uso periódico de aparelhos repressivos e a construção de “soluções pelo alto, de caráter elitista e antipopular” (COUTINHO, 1989, p. 121) é característica brasileira.

Neste sentido, o Estado “é a expressão de um conjunto de forças que atua e se impõe na sociedade, percebida como fragmentária, nele encontrando sua forma de organização política de classe (portanto, com caráter coercitivo, formativo, organizador, educador, punitivo)” (FONTES, 2005, p. 229). Por isso, compreende-se que em nenhum momento histórico houve alteração da forma de Estado. Seria ilusão identificar qualquer ruptura durante o pequeno lapso aberto com o PT à frente do executivo federal. Pelo contrário, a própria democracia de cooptação operou com

[...] a coexistência dos aspectos coercitivos e de consenso instável, que tornou

possível o desfecho autoritário verificado. [...] O que vimos no período que se encerra é um trânsito da forma abertamente autocrática para um Estado de direito e sua reconvenção em formas híbridas que reapresentam a autocracia burguesa sob a formalidade do ordenamento jurídico burguês (IASI, 2019, p. 421).

O segundo pressuposto é que tal caráter do Estado burguês no Brasil decorre da materialidade da produção e reprodução social, das relações sociais estabelecidas, das formas de apropriação de terra e da riqueza social e não de um mal funcionamento político, jurídico, institucional ou cultural (IASI, 2019). O capitalismo dependente no Brasil seguiu o processo de adequação aos padrões internacionais, segundo as particularidades socio-históricas brasileiras, resultando na:

[...] inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, e isso implica sua adequação aos padrões da acumulação de capitais que hoje predomina nessa ordem, isto é, uma forma chamada de “flexível” para ocultar ideologicamente seu aspecto extremamente predatório, precarizante das relações de trabalho e contrato, intensificadora da exploração e extração de mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida (IASI, 2019, p. 423).

Necessário dizer que não somente o Executivo segue os ditames imperialistas da inserção subordinada, mas inclusive o Legislativo e o Judiciário, isso pois a tônica voraz, violenta, irracional, extremamente reacionária é própria do conjunto dos grupos que encontram-se em aliança para governar. As medidas de governo por eles adotadas são ditadas pelo capital internacional, especialmente nos marcos do imperialismo estadunidense e seriam executadas por qualquer outro governo, ainda que não de extrema direita como é o atual. Neste cenário, é importante considerar que a adoção de medidas extremamente impopulares em um curto espaço de tempo exige uma forma política que não seja democrática e aqui situa-se a razão do apoio do imperialismo aos grupos extremamente reacionários, ultraconservadores, que beiram à irracionalidade (IASI, 2019), o que ocorre também em outros países latino-americanos.

A terceira premissa, novamente, remete ao período petista frente ao Executivo Federal, quando o cenário da luta de classes modificou-se dentro da institucionalidade democrática. Neste quadro, a classe trabalhadora não se fortaleceu, ao contrário, ocorreu “uma inflexão política e a sua desconstrução” (IASI, 2019, p. 425), possivelmente dada à fragilidade ou mesmo inexistência dos processos de construção de identidade de classe, que repercute na organização e consciência de classe. Neste sentido, as investidas da extrema direita e o golpe institucional de 2016 não ocorrem “porque o movimento dos trabalhadores

ameaçasse a ordem capitalista, pois estava preso aos termos da conciliação de classes, mas pela própria dinâmica da crise do capital e da instabilidade política e institucional gerada” (IASI, 2019, p. 426).

Por isso a tamanha dificuldade da classe trabalhadora para construir resistência ao desmonte dos seus direitos e ao agravamento das expressões da questão social. O cenário de luta de classes “é, qualitativamente, distinto daquele em que se desenvolviam as lutas sociais nas décadas passadas” (IASI, 2019, p. 427), inclusive porque, ideologicamente, a estratégia de governabilidade pela conciliação de classes abriu as portas para o aprofundamento do processo de alienação ampla e não somente das frações da classe trabalhadora. Portanto, mesmo que o atual governo adote medidas impopulares, continuará tendo apoio de várias frações das diferentes classes sociais que conformam o tecido social que lhe sustenta. Tais frações fortalecem a intolerância, o preconceito, a violência, a devoção oriunda da ideologia burguesa e reforçada pelas religiões neopentecostais de culto às instituições tradicionais como a família, entre outras ideias a compor o pensamento conservador. É esta ideologia que afirma e fortalece as estratégias governistas repressoras e violadoras de direitos.

A quarta tese do autor que é o conjunto de todos os elementos expressos nas teses anteriores, “nos coloca em um novo patamar no qual a luta por direitos (que caracterizou o ciclo já encerrado) é substituída pela aceitação de garantias sociais mediadas pelo mercado”. Aqui a cultura do consumismo associa-se à difusão ampla do ideário neoliberal que indica a ineficácia dos serviços públicos prestados pelo Estado e o seu peso na estrutura estatal, em contraposição à excelência do mercado na prestação dos mesmos serviços. A difusão deste ideário nunca foi interrompida desde a sua introdução no cenário político institucional brasileiro, pelo contrário, foi aprofundada reforçando a lógica de que “caberia ao Estado apenas a política compensatória e corretiva de atendimento aos que são derrotados nessa concorrência por sua própria incapacidade” (IASI, 2019, p. 431).

Com isso fortaleceu-se a ideia de que direito não é mais direito e que a institucionalidade legal precisa ser modificada urgentemente, acelerando as reformas legislativas de regressão e desmonte de direitos das frações da classe trabalhadora. É neste cenário que a estrutura judiciária é posta como, mais um aparelho de chancela às inúmeras violações e desrespeito aos direitos humanos. Foi a consolidação da sociedade civil burguesa que cria a forma jurídica adequada, bem como as instituições que legitimam e respaldam as atrocidades e violências crescentemente cometidas, enraizando na sociedade o

correspondente senso comum, que legitima e respalda a repressão e violência do Estado (IASI, 2019), voltadas, especialmente, para as frações da classe trabalhadora ainda mais alijadas dos direitos: negros, jovens, mulheres, LGBTQ+, camponeses, militantes de movimentos e coletivos sociais, entre outros.

A quinta e última tese remete diretamente ao Serviço Social brasileiro, indicando que ele pode se converter em um dos instrumentos de legitimação da barbárie, pois:

[...] o profissional do Serviço Social tem o risco potencializado de ser o administrador da gestão da precarização do acesso aos serviços através de ações públicas menos identificadas como “direitos” e mais direcionadas às ações focalizadas de controle e minimização dos efeitos da miserabilidade absoluta, ainda assim de forma focalizada e gotejante (IASI, 2019, p. 435).

Chama-se a atenção para o cuidado exigido no trato desta questão, apontando que impetuosamente poder-se-ia declarar resistência ao mandato institucional de gestão da precarização do acesso aos serviços, com base nos valores do projeto ético político profissional. Porém, a questão é que o profissional também é um trabalhador exposto ao cenário de crise estrutural do capitalismo. Portanto, “uma ampla faixa dos que vivem e trabalham no campo no Serviço Social tendem a procurar formas de adequação e sobrevivência, moldando-se às exigências da realidade em sua nova forma” (IASI, 2019, p. 435). Por isso, recairá sobre as frações da profissão identificadas como a vanguarda profissional a tarefa de “dialogar com a diversidade de formas de amoldamento, quando não com setores abertamente conservadores no interior no próprio campo” (IASI, 2019, p. 436). Para o autor este caminho é árduo, mas aponta a única direção, de fato, emancipatória na direção da superação da ordem do capital.

As contribuições ora sintetizadas sinalizam importantes pistas para compreender a realidade brasileira atual. Porém, isso não basta, sendo necessário perguntar como os determinantes agrários se relacionam com o quadro aqui traçado?

Os determinantes agrários na constituição da hegemonia burguesa no Brasil

Neste item, busca-se apreender com a relação entre a fonte do poder das frações da classe burguesa brasileiras e os processos agrários de produção e reprodução social. O

principal aporte teórico vem das contribuições de Rui Moreira (2018), que didaticamente aponta que a formação socio-histórica brasileira desenvolve-se a partir dos ciclos espaciais de acumulação capitalista, que se fundem no espaço-tempo. Aqui a ideia de fusão destes ciclos no espaço-tempo é primordial, pois é ela que possibilita compreender como o poder agrário sempre esteve presente na formação social do país. A partir desta perspectiva de análise explicita-se os determinantes agrários na constituição da hegemonia burguesa no Brasil.

A primeira consideração é que há um movimento dialético e articulado que periodiza – na perspectiva indissociável de intersecção dialética – três grandes momentos contínuos e descontínuos dos ciclos de acumulação. São eles:

O agroindustrial canavieiro-açucareiro, de concentração nordestina; o agroindustrial cafeeiros, de concentração sudestina; e o agroindustrial sojicultor, de concentração centro-oestina. Cada qual exprime em suas combinações os modos de produção distintos e articulados pela forma de capital agroindustrial então dominante (MOREIRA, 2018, p. 16).

A ideia central é que cada ciclo produtivo agroindustrial não existe isoladamente, mas coexiste com outros ciclos, o que possibilita a fusão das cadeias produtivas. Isso ocorreu desde o período da exploração escravista colonial, não sendo um processo recente e particular do capitalismo em seu estágio financeiro. O ciclo de pau-brasil-lenha-madeira tradicionalmente delimitado entre os séculos XVI ao XVIII, por exemplo, vai fundir-se com “o ciclo da cadeia madeira-arroz-pasto-gado-soja, neste momento em curso” (MOREIRA, 2018, p. 17).

Nesta perspectiva, é possível entender que o ciclo da cana de açúcar, embora predominante no correr dos séculos XVII e XVIII, com centro de gravidade na zona da mata nordestina e na experiência bem sucedida da capitania de São Vicente no sudeste, ainda hoje é determinante para a economia do país, especialmente para algumas regiões de São Paulo e do nordeste brasileiro. A explicação desta permanência é a sua fusão com outros ciclos, como por exemplo da soja, ou mesmo do gado como suprimento alimentício e das demais lavouras de subsistência.

Da mesma forma, o ciclo do café que teve protagonismo paulista no século XIX, fundiu-se com outros arranjos produtivos. Neste caso específico, embora o ciclo cafeeiro não tenha se espalhado pelo território brasileiro e avançado na fronteira agrícola, é indiscutível a sua importância para o desenvolvimento do capitalismo no país, pois foi com ele que marcadamente foi introduzida a força de trabalho livre do migrante europeu, apoiada no

trabalho assalariado e campestre. Aqui é importante salientar que a inovação refere-se à inserção do trabalhador livre como estratégia produtiva no campo, uma vez que o trabalho agrícola e mesmo o trabalho campestre já existiam em outras formas de relação-trabalho no período do escravismo colonial, cuja força de trabalho provinha do contingente de migrantes sequestrados no continente africano e explorados sob a forma de trabalho compulsório no Brasil. Neste ciclo vai se evidenciando também o “[...] caráter marcadamente urbano que de imediato assume a elite fundiária” (MOREIRA, 2018, p. 22).

Ainda há o ciclo da cadeia agroindustrial da soja-óleos-carnes, que assume grande destaque desde o século XX até o momento.

Igual aos outros ciclos, o ciclo da soja realiza a movimentação de incorporação e interação ampla das camadas dos ciclos que o antecedem, realizando-a, todavia, na forma territorial e estrutural nacional mais totalizante, porque recobrando como acumulação prévia a própria herança do espaço engendrada pelo ciclo do café, radicalizando-a em interatividade e interpenetração técnica. [...] No planalto central, [por exemplo], expulsa o gado para os vales de fundos de chato e ocupa por inteiro o topo plano das chapadas que coabita com o arroz e o trigo, numa linha de sequência, e o milho e a criação de aves e suínos, numa outra, numa alternância do uso do solo que move em novo e radical arranjo a totalidade do espaço dos ciclos [...] (MOREIRA, 2018, p. 22).

Estes ciclos das cadeias produtivas determinam, inclusive, os ciclos espaciais de acumulação. Há aqui uma relação de intersecção econômica, onde cada um assume ênfase maior ou menor frente aos demais, inclusive pela forma de inserção econômica dependente do Brasil no capitalismo imperialista. Assim, é possível discutir a natureza histórica e a fonte do poder agrário, uma vez que:

Entrecruzados ou estruturados em paralelo nesse mar de cadeias de produtos de exportação e mercado interno, os grandes grupos de agroindústrias /*agrobusiness* dissonam e disputam prestígio e domínio no plano do mercado, mas se juntam, em Brasília, no protagonismo que os leva, à semelhança do arco fazenda-Câmara-município-cidade de domínio do tempo da Colônia, ao controle do conjunto do Legislativo, Executivo e Judiciário, numa hegemonia que vai diretamente da economia para o âmbito político (MOREIRA, 2018, p. 45).

Nesta perspectiva, não há qualquer ruptura de poder entre as elites dominantes agrárias e urbanas, entre a antiga aristocracia escravista colonial e a burguesia urbana industrial do período republicano. Pelo contrário, explicita-se ainda mais a transição do poder econômico-político do bloco agrário, hegemônico durante o período colonial e imperial, para

o bloco urbano-industrial, que adquire hegemonia apenas a partir do século XX. Evidencia-se que transitam os blocos de poder sem que os sujeitos da classe dominante se alterem, isto é, um sujeito coletivo não precisa desaparecer para que o outro passe a exercer maior poder. É o poder que se alterna e transita entre os grupos que exercem hegemonia em cada ciclo espacial de acumulação.

Assim, a burguesia agrária está entre as frações de classe que sempre exerceram o poder de dominação econômica, política, social e cultural, conforme dito anteriormente. Desde o escravismo colonial a elite dominante alterou suas estratégias de exploração produtiva conforme os ciclos econômicos, a fim de que pudesse se manter no poder. Esta estratégia, que remonta alguns séculos, continua presente e é a principal fonte do poder agrário, determinando hoje a formação social do Brasil.

Ora, nunca é demais destacar que a bancada ruralista e os lobbistas interessados nas riquezas ambientais compõem historicamente o bloco de poder e por isso é fundamental dar visibilidade à questão agrária, ambiental e ao espaço rural em suas particularidades. Neste sentido, é importante evidenciar que a fonte de poder agrário é histórica e sempre compôs o quadro das elites dominantes que transitam no poder do Estado. Sua hegemonia advém das alianças agrário-industriais, cuja fonte de dominação provém da economia, da política e da cultura brasileira.

Ruralidades (in)visíveis, questão agrária brasileira e Serviço Social

Não é incomum a compreensão de que o espaço rural é um 'mundo à parte' da cidade, e que, somente a cidade enquanto espaço urbano é representativa da sociedade capitalista. Por vezes, acredita-se com certa segurança que o campo e a cidade são espaços totalmente dissociados o que contribui para uma compreensão equivocada de que há desconexão, desarticulação dos processos e das relações sociais. Esta cultura da fragmentação societária entre campo e cidade não foi construída ao acaso, pelo contrário, ela foi elaborada para ter funcionalidade no capitalismo, pois, quando se fragmentam os processos entre campo e cidade criam-se fraturas em um terreno que, no seu conjunto, poderia ter significativa força para a transformação das estruturas societárias (LUSA, 2021).

Mas, quais seriam os principais elementos constitutivos do espaço rural, que confeririam tamanha potencialidade revolucionária, ou no seu reverso – a fragmentação –

colaborariam para a erosão das bases revolucionárias? O principal deles é a propriedade da terra e suas implicações diretas para o acesso e uso da terra.

No campo, de forma ainda mais determinante que na cidade, a propriedade fundiária significa a possibilidade de exploração direta da terra e de geração de renda, inclusive fundiária, e/ou de mais valia, a depender do que se faz sobre e com a terra. É a relação com a terra que determina os lugares e papéis dos indivíduos sociais no campo e traz consequências para a cidade: desde o militante de uma ocupação agrária, o posseiro, o agricultor camponês, os povos tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, os extrativistas do cerrado e das florestas – o agricultor familiar, o agricultor capitalizado, o capitalista agrário e o latifundiário, todos vivem da sua relação com a terra e daquilo que nela é produzido. Eis o ponto chave para compreender o campo e sua relação com a cidade: a propriedade da terra, os processos produtivos e as relações sociais que se desenvolvem a partir da propriedade, posse, acesso e uso dela.

Assim, o espaço rural, a questão fundiária³ e os processos produtivos no campo são determinantes para a configuração da estrutura societária do capitalismo desenvolvido no Brasil. Há décadas isso é afirmado por quem se dedica a estudar o campo, sua indissociabilidade com o capitalismo, a relação da questão agrária com a constituição do Estado e as classes sociais, possibilitando afirmar, por exemplo, que as origens do Estado brasileiro são agrárias (IANNI, 1984).

Por tais motivos, não é exagero considerar que:

A economia brasileira é preponderantemente agrária. Aliás, o Brasil e o Estado brasileiro têm origens agrárias. As marcas rurais na sua economia começam, pelo menos, com a ocupação colonial lusitana e predominam como carro-chefe até as primeiras décadas do século XX. Mesmo quando a economia agrária dá sinais de desaceleração, enquanto a economia industrial passa a ocupar o primeiro posto, a produção agrícola continua presente, oferecendo os aportes para que a industrialização ocorra e traga resultados positivos à balança comercial (LUSA, 2012, p. 31).

Noutras palavras, “isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória”. Isso porque é notória a existência de um todo “[...] aonde a diferença

³ Considerando a requisição de objetividade na apresentação da proposta, não será desenvolvida a discussão acerca do conceito de questão fundiária. Ainda assim, sintetiza-se a compreensão de que a questão fundiária envolve tanto a propriedade, quanto às formas de acesso e uso da terra.

entre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um e a indústria, o comércio etc. em outro), vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado do campo” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 14). Esta presença é também do camponês pobre, que acessa aos serviços e equipamentos sociais na cidade, ou o agricultor familiar que movimenta o comércio local e contribui para a reprodução social das classes, quando comercializa seus produtos. Em tempos de capitalismo financeiro também são os vários sujeitos do campo – desde aquele totalmente destituído de propriedade ou posse de terra, até o latifundiário – que movimentam o sistema bancário (especulativo e portador de juros), quando recebem benefícios da seguridade social, fazem financiamentos de todas as ordens de valores, pagam contas, depositam pequenas ou grandes economias etc.

Deste modo, campo e cidade se constituem como espaços indissociáveis dentro da dinâmica societária capitalista, cada qual com suas particularidades a compor à totalidade, inclusive no plano das ações com potencialidade transformadora. Esta indissociabilidade dialética evidencia-se ainda mais no atual estágio do capitalismo financeiro e de Estado ultraliberal, reacionário e conservador – conforme apontou-se no primeiro item deste artigo –, que segue o *lobby* ruralista e dos exploradores das matas e florestas, inclusive, e intensifica as medidas de ajustes fiscais instituídas há décadas sob jugo do capital imperialista.

É sobre o Brasil agrário que se edificam as estruturas social e política da nação. A permanente reiteração do poder político que provém da propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucos desde quando começou a ser distribuída arbitrariamente pela Coroa Portuguesa, é seu traço fundamental. Da mesma forma, foi determinante o objetivo que a Coroa tinha para a colônia: a exploração das riquezas naturais, começando pelo extrativismo e fixando-se, logo em seguida, na monocultura (LUSA, 2012, p. 30).

De outra forma, ontem e hoje, “todos os principais aspectos da questão agrária revelam que, assim como a cidade vai ao campo, o campo vai à cidade. O caminho de ida é sempre o caminho de volta; revolta” (IANNI, 1984, p 253). É na concreticidade que envolve o espaço rural em correlação direta com o espaço urbano e com a questão urbana e ambiental, que se encontra o conjunto de elementos que constitui o que se convencionou denominar por questão agrária. “Significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa igualmente pela necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 15).

Destarte, é imperioso apontar que o reconhecimento da indissociabilidade entre campo e cidade ainda é trabalhada de forma insipiente pelo Serviço Social e que a ausência de uma abordagem objetiva sobre ela durante a formação profissional é uma das causas que dificulta o reconhecimento da questão agrária como objeto do trabalho profissional. Neste sentido, a articulação dialética entre campo e cidade configura-se como um dos ‘nós’ que precisam ser tratados na formação profissional, para que a questão agrária e as diversas expressões da questão social manifestas no campo também sejam consideradas pelo assistente social como matéria profissional.

Tratando especificamente sobre a questão agrária como expressão da questão social, é imprescindível considerar o conjunto de elementos que lhe são constitutivos, o que exige considerar a totalidade como principal elemento de análise.

Sobre a natureza da questão agrária nas últimas duas décadas (1990-2010) [...], o enfoque, de pensadores marxistas, críticos, analisa que **a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental**. Esses problemas aparecem no elevado índice de **concentração da propriedade da terra** – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; no elevado índice de **concentração da produção agrícola**, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das Commodities agrícolas e exportadas; na **distorção do uso de nosso patrimônio agrícola**, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; na **dependência econômica externa** a que a agricultura brasileira está submetida, por causa do **controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais**; e na **subordinação ao capital financeiro**, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura. Do ponto de vista social, percebem-se esses problemas na **extrema desigualdade social** que essa estrutura econômica gera no meio rural brasileiro, onde existem **7 milhões de pessoas que vivem ainda na pobreza absoluta e 14 milhões de adultos analfabetos**. O programa Bolsa Família, distribuído para 11 milhões de **famílias que passam necessidades alimentícias**, é revelador da tragédia social no país. Além disso, **a maioria dos jovens que vive no meio rural não tem acesso ao ensino fundamental completo (oito anos), nem ao ensino de nível médio e muito menos ao ensino superior**. Há, também, um enorme **passivo ambiental resultante da forma predadora da exploração capitalista** na agricultura brasileira, que **degrada o solo e contamina rios e lençóis freáticos, além de desmatar sem nenhum controle**, desrespeitando inclusive as leis ambientais do Código Florestal (STÉDILE, 2012, p. 644-645. Grifos nossos).

Estes traços constitutivos da questão agrária perfilam o que o Serviço Social brasileiro reconhece como ‘expressões da questão social’, donde resulta a compreensão de que a questão agrária é expressão da questão social. Esta é categoria teórico-analítica mais ampla,

que abarca, inclusive, aquela, sem lhe retirar as particularidades resultantes do espaço rural/agrário e as sobreposições diretas e indiretas com as expressões manifestadas no espaço e processos urbanos.

O problema é que esta forma de compreender a questão agrária encontra entraves no Serviço Social brasileiro. Não obstante exista hegemonia da matriz teórico metodológica crítica, fundamentada no pensamento marxiano a orientar a produção do conhecimento, a formação e o trabalho profissional do assistente social, no mais das vezes se compreende de forma simplista a questão agrária apenas como ‘uma’ das expressões da questão social, relativa à propriedade da terra, à luta pelo seu acesso e alguns outros aspectos, entendendo-os exclusivos de quem vive no espaço rural e desconectados com a cidade e os processos urbanos.

Este é um grande equívoco profissional, o qual resulta do desconhecimento da complexidade que envolve o conjunto das expressões da questão agrária, associado ao desconhecimento sobre como ela se relaciona de modo também indissociável com a questão urbana e ambiental (LUSA, 2012).

Neste sentido,

A dificuldade na apropriação do referencial marxiano é algo bastante complexo [...]. Esta problematização está sendo feita porque o debate sobre **a questão agrária como particularidade da questão social situa-se no bojo da discussão da perspectiva de totalidade** que o referencial marxiano pressupõe. É a partir do entendimento do real como totalidade complexa composta por múltiplas determinações (MARX, 1982) que o profissional de Serviço Social poderá apreender a questão social em suas mediações concretas com a universalidade posta por este contexto social, as quais incluem particularidades e configurações que são geradas em diferentes espaços resultantes dos embates dos diversos segmentos de classe, inclusive os decorrentes das relações de trabalho no meio rural (SANT’ANA, 2012, p. 151. Grifos nossos).

Fica posto que um dos maiores desafios na materialização da análise marxiana é o distanciamento entre compreender teoricamente a categoria totalidade e tomá-la na sua concreitude analítica relacionada à materialidade do cotidiano dos sujeitos. Este distanciamento indica que há uma fragmentação no processo de reflexivo do real para o abstrato e novamente para a realidade concreta. Tal ‘fragmentação de processo analítico’ pode ser causa para a fragmentação na leitura totalizante da realidade. Por consequência, particiona-se tal realidade em ‘caixinhas’ isoladas, contribuindo para a separação entre campo e cidade e, logo, para o desconhecimento da questão agrária.

Este não é um problema exclusivo do Serviço Social, muitas outras áreas também incorrem no desconhecimento de que a questão agrária é determinada e determinante do/para o capitalismo dependente brasileiro. A ótica fragmentada tem funcionalidade para a manutenção da ordem econômica instalada no país. Assim, por exemplo, justificava-se ainda na metade do século XX que o modelo de desenvolvimento brasileiro fosse calçado no tratamento diferenciado para aquilo que se chamava de dois 'Brasis'. Note-se que, mais ou menos a partir da década de 1950,

[...] Inicia-se um intenso debate político em torno da modernização da agricultura brasileira, até então considerada como o símbolo do atraso econômico do país, das relações sociais arcaicas, e também responsável pelas condições de miséria da grande maioria dos trabalhadores. A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização. O Brasil era visto, na realidade, como sendo **dois Brasis**: o moderno, correspondente ao urbano, e o atrasado, correspondente ao rural (SILVA, 2004, p. 20. Grifos do autor).

Confirma-se que a fragmentação campo e cidade sempre foi e continua sendo extremamente funcional para o capital, para a manutenção do modo de produção capitalista e para aportar as bases de atuação do Estado burguês através dos três poderes. Esta fragmentação foi produzida e reproduzida pelas diferentes áreas, sendo um dos motivos da (in)visibilidade conferida para alguns processos que ocorrem no campo.

Mas, é preciso estar atento, pois também há perspectivas de análise do espaço rural que, embora travestidos de uma discussão crítica e calçada na realidade atual, são igualmente funcionais para o capital. Trata-se das reorientações paradigmáticas sobre o espaço rural e os processos produtivos no campo que começam a aparecer a partir dos anos 1990 e passam a dar suporte para as análises e atuação do Estado brasileiro nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e seguintes. Tais reorientações defendem a existência de um '*continuum*' rural e urbano, que massifica, pela lógica produtivista, os processos produtivos e as relações sociais no campo e na cidade. Ao destituírem as particularidades destes espaços, tais paradigmas também inserem fraturas nos processos de luta e resistência, pois desconsideram a análise de categorias e processos sociais mais amplos como a existência de interesses contraditórios de classe no campo. Assim, tais reorientações cumprem os objetivos das agências internacionais, uma vez que passaram a orientar as políticas de desenvolvimento agrário, incluindo as políticas sociais. Essas orientações,

[...] se apoiam no ideário do novo modelo de desenvolvimento agrário, com base na tese de que o meio rural brasileiro não pode mais ser caracterizado como essencialmente agrícola [...]. Essas clivagens interpretativas tomam por base as expressões das transformações do capitalismo contemporâneo, comandadas pela reestruturação produtiva, no sentido de identificar as novas manifestações da questão social, suas dimensões no mundo da produção e da reprodução social. [...] A rigor, sob essa perspectiva, presume-se que a substituição da concepção da realidade rural enquanto “processos sociais agrários” leva a reducionismos sobre a compreensão da realidade rural, antes explicada por noções mais amplas acerca dos fenômenos rurais, tais como: “propriedade da terra”, “estrutura fundiária”, concentração da terra, “desapropriação”, “contradições cidade-campo” (LUSTOSA, 2012, p. 20; 23).

Exemplo disso está em um material de análise sobre a questão agrária no Brasil⁴, reunidos sob a forma de Cadernos de Ciclo de Debates promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004, já sob a batuta dos governos petistas. Isso denota as linhas pelas quais a reforma agrária passava a ser executada no Brasil, qual seja, o viés do desenvolvimentismo social que buscava a colocação do Brasil num dado lugar de destaque na economia internacional. Num dos fragmentos do texto afirmava-se que,

O diagnóstico do PNRA⁵ adotado pelo governo atual identifica **a problemática agrária brasileira como promotora de um duplo desemprego – da força de trabalho rural e das terras improdutivas** controladas pelo latifúndio. Isto, por um lado, descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas. E por outro lado permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriado pelo latifúndio. [...] **Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária.** Sua tradução ao âmbito político, não é, contudo, assunto resolvido. O próprio governo que adota o PNRA e subserve seus diagnósticos, promove por outro lado uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura. Isto se dá nos moldes do “ajustamento constrangido”, previamente analisado (DELGADO, 2004, p. 67-68. Grifo nosso).

Mais adiante, afirma-se ainda na mesma reflexão que:

O produto potencial nos termos em que aqui se o apresenta é uma conjectura teórica essencial à Reforma Agrária. **Sua concretização requer a mobilização dos recursos produtivos ora descartados pelos mercados.** Requer também a criação de um polo institucional de demanda para esta produção, ou parte dela, que garanta a realização dessa produção. [...] **Uma proposta de reforma e do desenvolvimento rural que enfrente a Questão Agrária atual requer a desmontagem das condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio:** (a) frouxidão da política

⁴ Este material foi produzido por intelectuais das principais universidades públicas de São Paulo, reconhecidos como estudiosos críticos sobre o campo e a questão agrária, tais como o Prof. Tamás Szmrecsanyi, do Instituto de Geociências da UNICAMP, o Prof. Guilherme Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Prof. Pedro Ramos, do Instituto de Economia da UNICAMP.

⁵ Trata-se do Plano Nacional de Reforma Agrária construído em 2003 no primeiro governo de Luís Inácio.

fundiária; (b) restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; (c) restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural (DELGADO, 2004, p. 70-71. Grifo nosso).

É perceptível a identificação de que o problema relativo à questão agrária era a ‘dupla improdutividade’, tanto da força de trabalho, quanto das terras e que o seu enfrentamento deveria ser feito pela mobilização de recursos produtivos, ainda que sob o pressuposto viés crítico de desmonte dos interesses do agronegócio. Neste sentido, a proposta de reforma agrária defendida deveria estar diretamente associada ao desenvolvimento rural e requeria uma maior rigidez da política fundiária; eliminar a restrição da demanda interna a fim de aquecer o conjunto da economia e, junto com isso, adotar medidas que pudessem incorporar ao desenvolvimento rural a massa dos trabalhadores do setor de subsistência⁶. Portanto, o reconhecimento da questão agrária e o seu enfrentamento por alguns bons anos passou pelo viés do desenvolvimentismo social, como se ele fosse capaz de colocar o país em posição de destaque na economia internacional. O enfrentamento da questão agrária se fazia dentro da ordem e sem tratar com maior vigor a histórica apropriação fundiária indevida, geradora das gritantes desigualdades no campo e na cidade.

Porém, a invisibilidade não é absoluta. Os apontamentos acima demonstram que é intencional a escolha entre o que conferir visibilidade e o que invisibilizar no campo. São as frações da classe burguesa em articulação com o Estado brasileiro que deliberam o que e como (in)visibilizar e o fazem segundo os seus interesses de classe, pois detém um ótimo quinhão do conjunto do poder político e econômico, conforme discutido anteriormente. Exemplo da visibilidade do rural brasileiro deliberada pelas elites é a campanha publicitária “O agro é pop” veiculada na mídia tradicional pelo Governo Federal desde 2016, que conta com forte apoio da bancada ruralista e das suas corporações representativas. No conjunto das chamadas desta campanha tem destaque o rural da produção agroexportadora, os grandes grupos da agroindústria e do *agrobusiness*, ditos propulsores da balança comercial e do mercado financeiro. Esta visibilidade premeditada confere sustentação ideopolítica à bancada ruralista, reforçando a sua fonte de poder no quadro da formação social brasileira.

⁶ Leia-se criticamente o termo subsistência como expressão da produção voltada à reprodução social das próprias famílias que produzem no campo e para a reprodução social urbana, a partir da comercialização de produtos especialmente em feiras. Não se associe o termo com o ‘sub-existir’.

O que fazer diante deste jogo político ideológico de visibilidades *versus* invisibilidades, que na sua contradição sustenta o modo de produção capitalista nas suas particularidades brasileiras? A resposta poderia ser: há muitas coisas a serem feitas que são bastante complexas em sua processualidade, como a própria transformação societária, porém é preciso iniciar pelas tarefas simples e possíveis nesta quadra histórica. Assim, aposta-se na importância de aprofundar as discussões sobre as diferentes ruralidades constitutivas do campo brasileiro, estudando e debatendo especialmente a produção e reprodução social das frações da classe trabalhadora do campo e da cidade como um movimento dialético e contraditório – ainda que permeado de particularidades –, desmistificando a definição de questão muitas vezes reproduzida sem questionamentos pelas ciências sociais e também pelo Serviço Social. É preciso conhecer o espaço rural e a questão agrária, de fato, e considera-los como constitutivos da realidade que conforma a totalidade societária brasileira.

Portanto, a primeira tarefa possível é considerar a realidade concreta na perspectiva de totalidade, pois é a partir deste fundamento que combater-se-ão as invisibilidades do campo da classe trabalhadora que é prenhe de possibilidades de transformação – no sentido revolucionário, pois remete à transformação societária – e jogar-se-ão luzes ao que está por trás da visibilidade do rural do agronegócio, dos latifúndios e da exploração socioambiental.

Para uma conclusão animada: de uma vida severina pode nascer a explosão

Tanto para o Serviço Social, quanto para outras áreas permanece como desafio o reconhecimento e análise crítica da realidade que envolve campo e cidade, numa perspectiva de totalidade, que seja potencializadora de processos de transformação social e não de manutenção do modelo capitalista urbano centrado e dependente.

A análise da questão agrária como expressão da questão social, cuja questão fundiária configura-se como elemento central, é um passo essencial para se romper tanto com a perspectiva fragmentada de análise campo-cidade, quanto com aquela que associa a um único processo o campo e a cidade, destituindo-lhes das suas particularidades. Tanto uma quanto a outra contribuem para que o assistente social não se reconheça em seu papel profissional frente às expressões da questão social manifestas no campo. Por isso, é preciso conferir visibilidade “[...] à discussão das particularidades que definem e dão diferentes contornos para os outros eixos de dominação e opressão vigentes em nossa sociedade e que

permeiam o trabalho profissional” (SANT’ANA, 2012, p. 150), tais como as particularidades do campo em suas distintas ruralidades. Eis um dos maiores desafios profissionais neste momento.

Mais do que em outros períodos, hoje produzem-se exponencialmente as desigualdades no campo e na cidade. Tais desigualdades estão umbilicalmente articuladas pelo modelo de capitalismo dependente e imperialista operado no Brasil, historicamente perfilado pela ausência do Estado em sua responsabilidade prestacional das políticas sociais.

Esta produção de desigualdades é funcional à dominação burguesa no Brasil, sendo a manutenção da estrutura agrária necessária para a perpetuação do poder das frações da classe dominante. Assim, a ausência do Estado no campo – e na cidade – articula-se diretamente à produção deliberada de (in)visibilidades, que por sua vez contribuirão dialeticamente para o aprofundamento das desigualdades e para a perpetuação do poder das elites.

O ingresso tardio e dependente do Brasil no circuito do capitalismo industrial sob o jugo imperialista contribuiu para a transição do mando político e econômico da aristocracia agrária para a burguesia agrário-urbana-industrial e, definitivamente, não alterou a hegemonia das frações da classe dominante. Pelo contrário, aprofundou a exploração da classe trabalhadora e agravou as expressões da questão social. Se essa situação precariza a vida daqueles que vivem do seu próprio trabalho, também contribui para o esgotamento do modo de produção e do próprio Estado burguês.

Para fazer frente a este momento e potencializar a transição para outra ordem social é necessário o avivamento das lutas sociais operadas pela classe trabalhadora e, em especial, da luta pela terra, pela democracia e pela coletivização da riqueza socialmente produzida no campo e na cidade. Tornar efetivamente presente no campo um Estado que historicamente se esquivou do reconhecimento das reais demandas camponesas continua sendo um desafio para a superação da atual ordem societária.

O avivamento das lutas somente será possível caso as frações da classe trabalhadora – hoje fragmentadas em sua identidade e buscando construir uma pauta mais universal – compreendam-se como classe e, a partir disso, reconheçam sua potencialidade revolucionária. Até lá, é prioritário fortalecer a pauta da coletivização da terra e da garantia das condições necessárias para nela viver, trabalhar e produzir, considerando a

indissociabilidade dos processos envolvendo o campo e a cidade.

A possibilidade de superação da ordem burguesa pode brotar do agravamento do quadro estrutural, pelas pequenas ou grandes explosões das vidas severinas.

*E não há melhor resposta que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.*

João Cabral de Melo Neto.
Conversa entre o Carpina e o Retirante em 'Morte e vida severina' (1982)

Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JÚNIOR, Osvaldo. **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2004. p. 21-86.

FONTES, Virgínia Maria. **Reflexões im-pertinentes**: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IASI, Mauro Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº 136, p. 417-438, set-dez/2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101.6628.187>. Acesso em: 20 out. 2019.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. Tese de Doutorado. São Paulo: PUCSP, 2012.394 fl.

_____. Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 2, p. 341-365, jul-dez/2021.

Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/praiavermelha/article/view/40258/25091>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

MOREIRA, Rui. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. **O agronegócio X a agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília: COMCRAB, 2004.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Unesp, 2004.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Saete (org.) [et al.]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

Recebido em: 25/06/2021

Aceito em: 13/01/2022